

2435
mj

Licitação Compra - CIOP

De: licita06@agilmedicamentos.com.br
Enviado em: segunda-feira, 6 de julho de 2020 10:30
Para: 'Licitação Compra - CIOP'
Assunto: Solicitação de Reajuste
Anexos: CONSÓRCIO CIOP.pdf

Prioridade: Alta

Bom dia!

Cumprimento-os cordialmente e por meio deste venho solicitar o **REAJUSTE** de preço referente ao pregão 03/2020

A documentação original será entregue pelos **CORREIOS**

Caso não for o responsável, é imprescindível encaminha-lo ao mesmo!

Certo de vossa compreensão, ficamos no aguardo de uma posição

Ruan W. Ribeiro

Telefone: (46) 3523-6613 / (45) 98822-9081

licita06@agilmedicamentos.com.br

PJ: 20.590.555/0001-48





ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE MATERIAIS.
AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – SP
PREGÃO Nº 03/2020.

A Empresa **ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o N.º 20.590.555/0001-48, sediada na Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418 – Bairro Cristo Rei, Francisco Beltrão – PR, por intermédio de seu representante legal o Sr. Anderson Ribeiro Lazzari, portador da Carteira de Identidade N.º 8.765.463-0 e CPF n.º 050.166.999-09, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por seu procurador que está subscrive **Requerer o Realinhamento de Preço ou desistência do item supedâneo** no artigo 65, II, alínea “d” e § 5º e 6º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula do Instrumento convocatório, fazendo-se pelas razões de fato e de direito a seguir expostos.

Essa Empresa veio a participar do Procedimento Licitatório supracitado, sagrando-se vencedora para o fornecimento de vários itens, dentre eles:

Item 128 - OMEPRAZOL 20MG.

Atualmente o produto está com seu preço totalmente inexequível, impossibilitando o fornecimento do mesmo nos moldes ofertados.

O referido produto vem sofrendo forte elevação de preços devido a Pandemia mundial que é de conhecimento amplo que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19, assunto presente nos diversos meios de comunicação, cuja abrangência tem sido mundial:

*Dólar dispara e vai a R\$ 4,50 com temor de expansão do coronavírus
Moeda abre em alta pelo sétimo dia consecutivo e bolsa registra queda de 2%; investidores temem danos que poderão ser causados pelo surto na economia global (<https://veja.abril.com.br/economia/dolar-dispara-450-coronavirus/>)
Sob impacto da pandemia do coronavírus, bolsa fecha em baixa e dólar sobe.
(<https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-impacto-da-pandemia-do-coronavirus-bolsa-fecha-em-baixa-e-dolar-sobe/>)*

*Dólar salta quase 4% e fecha a R\$ 5,199, novo recorde, mesmo com ação do BC.
(<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/18/dolar-fechamento-coronavirus-circuit-breaker.htm?cmpid=copiaecola>)*

*Dólar fecha em alta de 1,61%, a R\$ 4,721, com pandemia de coronavírus.
(<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/11/dolar-fecha-em-alta-de-161-a-r-4721-com-pandemia-de-coronavirus.htm?cmpid=copiaecola>)*

Os fatos noticiados são de conhecimento global e os impactos afetam diretamente o contrato em execução, tornando inviável a execução do contrato em epígrafe sem que haja ajustes capazes de equilibrarem a relação contratual.

Direito este reconhecido constitucionalmente como demonstraremos a seguir e tão necessário neste momento delicado, que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas. É cediço que, a Lei 8.666/93 em seu artigo 65 dispõe:

“Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos”:
Inc. II - por acordo entre as partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea extraordinária e extracontratual.

Assim, serve o presente para informar que será necessário à aplicação do reajuste econômico financeiro, para que possamos cumprir com a entrega do quantitativo relativo ao saldo remanescente.

Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418, Cristo Rei

Francisco Beltrão- Pr - CEP: 85.602-510 - Fone / Fax: (46) 3523-6613

CNPJ 20.590.555/0001-48 - IE 90676239-05

Licita04@agilmedicamentos.com.br





Conforme documentos que ora apresentamos, referido produto fora adquirido por essa Empresa em:

OMEPRAZOL 20MG

DATA	NOTA FISCAL	CUSTO	MARGEM
23/01/2020	86.988	R\$ 0,0498	+ 29%
29/06/2020	90.544	R\$ 0,069	- 8%

O produto teve um aumento, conforme a tabela acima.

(Segue em anexos as NF's)

Desta forma, será necessário a aplicação do reequilíbrio econômico financeiro nos seguintes moldes:

Preço de venda registrado no processo licitatório:

ITEM 128 - R\$0,064 o CPR.

Preço de compra estimado:

ITEM 128 - R\$0,069 o CPR.

Preço de venda ATUALMENTE praticado:

ITEM 128 - R\$ 0,089 o CPR, com margem operacional mínima de 20%.

O supracitado valor do produto, pode ser constatado com os valores atualmente praticado junto ao nosso Território Nacional, demonstrando que realmente o preço adjudicado atualmente encontra-se defasado.

Sendo assim, essa Empresa não terá como fornecer o produto nos moldes ofertados junto ao certame licitatório, sob pena de subfaturamento, podendo incorrer em crime fiscal e/ou tributário, pois estará comercializando um produto a preço inferior ao de custo.

Assim sendo, considerando a essencialidade do medicamento para a regular distribuição aos pacientes e visando prevenir a ocorrência de prejuízos a essa ilustre Secretaria, decorrente da falta deste produto, concluímos que a alternativa mais consentânea com o caso em tela consiste no Deferimento do Realinhamento do Preço, pois devido à falta e o aumento do produto, somos obrigados a informar e comprovar a referida ocorrência, a qual operou-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico.

Deste modo, não podemos ser compelidos a fornecer produto com preço extremamente abaixo do atual praticado, sendo passível de sérias penalizações devido a prática de Dumping caracterizada pelo Subfaturamento.

Podemos atentar aos artigos 40, inciso XI e 55, inciso III da Lei nº 8.666/93, onde está autorizado a existência de critério de reajuste para os contratos administrativos, sendo uma obrigatoriedade nas cláusulas editalíssimas.

O preço de venda do produto acima listado atualmente é superior ao cotado, sendo mister o Deferimento do Reequilíbrio Econômico Financeiro para todo o quantitativo remanescente do processo licitatório, pois caso contrário não será possível o faturamento, operando-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico, sendo mister seu Reequilíbrio.

Nesse contexto, lamentamos os transtornos ocorridos, informando que em momento algum houve descaso quando da cotação do produto, e sim, uma alteração mercadológica devido ao tempo transcorrido desde sua elaboração, onde neste período nossa economia passou por mudanças, pois somos sabedores da essencialidade que os medicamentos representam à Saúde Pública.

Ademais, insta salientar que, como é do conhecimento de Vossa Senhoria, essa Empresa é apenas uma distribuidora de medicamentos que necessita exclusivamente dos Laboratórios Fabricantes para operacionalizar seus negócios comerciais, sendo inevitavelmente atingida pelos percalços enfrentados por estes.

Demonstrado ficou que somente poderemos realizar o fornecimento do quantitativo adjudicado, caso seja Deferida o Realinhamento do Preço, pois referido produto atualmente encontra-se com um valor de comercialização

Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418, Cristo Rei

Francisco Beltrão- Pr - CEP: 85 602-510 - Fone / Fax: (46) 3523-6613

CNPJ 20.590.555/0001-48 - IE 90676239-05

Licita04@agilmedicamentos.com.br





superior ao outrora adjudicado no processo licitatório, onde a intenção dessa Empresa não é o de insistir em um Pedido de Cancelamento de todo o saldo, haja vista, a necessidade do mesmo para esta ilustre Secretaria.

Neste contexto, resta clamar ao Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade que deve existir nas condutas da Administração Pública, aplicando a teoria de que a atuação administrativa deve ser racional e afeiçoada ao senso comum das pessoas, evitando atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

No caso em tela, verifica-se que ocorreu uma alteração mercadológica, onde a instabilidade econômica fez o preço do produto aumentar, estando o valor adjudicado atualmente inexecutável, sendo que, a obrigação da entrega do quantitativo total resultará um desequilíbrio econômico, pois a relação pactuada inicialmente, tornar-se-á excessivamente onerosa, portanto, se justifica o pedido de Realinhamento de Preço com a recomposição do Contrato Administrativo de Fornecimento, evitando a desproporcionalidade e desigualdade entre as partes.

Por derradeiro, nos termos da Lei de Licitações assim está prelecionado:

*"Artigo 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
II - por acordo das partes;*

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Alínea com a redação dada pela Lei nº 8.833, de 08.06.94).

Parágrafo quinto - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo sexto - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial".

Em nenhum momento esta Empresa pretendeu prejudicar este Cliente, pelo contrário, veio tempestivamente apresentar as informações formais que obteve junto ao Laboratório Fabricante, visando uma publicidade plena dos acontecimentos.

Por outro lado, como todos sabem, é inviável ter um estoque muito volumoso, onde devido aos prazos de validade dos produtos, somos obrigados a constantemente renová-los, sendo certo que, nas licitações públicas os órgãos exigem prazos mínimos de validade para os fornecimentos, recusando produtos com validade curta, onde não conseguimos repor com celeridade nosso estoque.

Cumpre-nos destacar que não obstante a estrita observância à vinculação ao instrumento convocatório é legal a possibilidade de modificação até mesmo unilateral das cláusulas contratuais, conforme infere-se do artigo 58, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que atribui a Administração Pública o dever-poder de inovar as condições originalmente pactuadas, visando promover a realização de interesses de valor superior, buscando obter o bem comum, desde que ocorram modificações das circunstâncias de fato ou de direito, subsequentes à contratação, que motivem a necessidade ou a conveniência de realizar a alteração do contrato.

Nesse sentido, destacamos os ensinamentos do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

*"A Administração dispõe de um poder jurídico, que lhe é outorgado não no interesse próprio – mas para melhor realizar um interesse indisponível. Verificados os pressupostos normativos, a Administração tem o dever de intervir no contrato e introduzir as modificações necessárias e adequadas à consecução dos interesses fundamentais."*¹

A este fator extraordinário dá-se o nome de Teoria da Lesão, que pode modificar a base jurídica do contrato, afastando a máxima *pacta sunt servanda*, para que dê lugar ao princípio dos rebus *sic stantibus*.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 12. ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 678





O Código Civil Brasileiro veio contemplar o brocardo *rebus sic stantibus* em uma norma geral com a edição do artigo 317, que enseja a revisão contratual com base nesse instituto, ao passo que o artigo 478 autoriza a resolução de contratos, quando a onerosidade é tamanha que impossibilite o reequilíbrio entre as prestações das partes.

Deve-se observar ainda alguns critérios relevantes sobre a resolução dos contratos por onerosidade excessiva, tais são: (1) quais seriam os critérios e parâmetros para se estabelecer se uma obrigação se tornou "excessivamente onerosa", nos termos do artigo 478 do Código Civil; (2) qual a relevância de benefícios indiretos auferidos pelas partes, na análise do desequilíbrio contratual; e (3) quanto tempo de execução do contrato seria necessário transcorrer para que o julgador esteja autorizado a resolver o contrato com fundamento no artigo 478 do Código Civil.

Nos termos do artigo 478 do Código Civil, não há como auferir como que uma obrigação se tornou "excessivamente onerosa", isso porque o critério para se determinar onerosidade excessiva é relativo, e não absoluto.

Isto implica que a onerosidade excessiva deve ser aferida pelo julgador, conforme os aspectos específicos do caso concreto. Devendo observar quais eram as obrigações inicialmente contraídas pelas partes e os objetivos comuns que elas almejavam, considerando-se, ainda, as condições econômicas e as premissas contratuais.

Segundo o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça e professor Ruy Rosado de Aguiar Junior, a questão da onerosidade excessiva envolve todas as dificuldades comuns ao tema da modificação das circunstâncias e de seus efeitos sobre o contrato. Alguns vêem com a aplicação do princípio da pressuposição, fundado na representação intelectual da parte a respeito do futuro, motivo determinante da sua vontade; outros a consideram caso de aplicação do instituto da superveniência.

"Enquanto aqueles focam o centro da atenção no momento da celebração, estes o deslocam para a fase funcional, para o tempo da execução das prestações. O fundamento da resolução ora é posto na concepção modificativa do contrato respectivo, passível de resolução por ocorrência de fatos externos a ele e unicamente por vontade de lei, de acordo com o princípio da solidariedade entre as partes, ora é concebido como um vício funcional da causa, fato da fenomenologia da causa, de caráter nitidamente econômico. Na verdade, a onerosidade excessiva justifica a resolução porque destrói a equivalência das prestações, não permitindo a uma das partes (ou as duas) a realização do fim legitimamente esperado".

A resolução ou revisão do valor adjudicado, pela ocorrência de fato superveniente, imprevisível e extraordinário afeta seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo a causar graves danos a uma parte e gerar vantagens à outra parte.

Sendo assim, ao analisar nossa proposta comercial para o certame licitatório deve-se atentar ao seu objeto e a vontade declarada pelas partes, inclusive para se concluir sobre os direitos, benefícios e vantagens dos contratantes.

Portanto para finalizar o artigo 478 do Código Civil de 2002 deve ser interpretado de modo amplo a fim de propiciar aos contratantes não só a resolução da avença, mas também para permitir ao juiz, acaso entenda justo e em conformidade com os princípios da equidade e da boa-fé objetiva, a integração do contrato, seja para reduzir prestação excessivamente onerosa, seja para rever o contrato, sempre atendendo às necessidades de ambas as partes.

Assim, está claramente demonstrado que realmente ocorreu uma alta no preço do produto adjudicado, reflexo da instabilidade econômica que ocorreu no transcurso da vigência do Contrato Administrativo de Fornecimento, sendo devidamente cabível o restabelecimento da Equação Econômico-Financeira, pois em nenhum momento caracterizou-se a modalidade de atuação culposa.

Conforme entendimento da boa doutrina, em ocasiões semelhantes as condutas administrativas devem estar em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, atuando de forma racionais e afeiçãoada ao senso comum das pessoas, a fim de evitarmos atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

Devemos ter como regra que a relação contratual se desenvolverá boa para todas as partes envolvidas, entretanto, elementos externos e geralmente posteriores à contratação podem influenciar no negócio jurídico estabelecido, culminando na necessidade de revisar ou alterar as disposições contratuais.

Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418, Cristo Rei

Francisco Beltrão- Pr - CEP: 85.602-510 - Fone / Fax: (46) 3523-6613

CNPJ 20.590.555/0001-48 - IE 90676239-05

Licita04@agilmedicamentos.com.br





Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda.

2440

my

Atentar-se-á, também para a Teoria da Imprevisão que regula os contratos administrativos, onde entende-se que a administração pública não pode estar alheia a fatores externos que possam influenciar nas relações contratuais.

Diante de todo o acima exposto, é a presente para requerer à Vossa Senhoria que seja recebido o presente pedido para no Mérito DEFERIR o Realinhamento do Preço dos produtos:

"Item 128 - OMEPRAZOL 20MG.", reajustando para R\$ 0,089 (oitto centavos e nove decimos de reais) o CPR;

Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Recompundo o Equilíbrio Econômico-Financeiro, caso assim, não entenda Vossa Senhoria, pleiteamos o deferimento do Cancelamento do quantitativo adjudicado, com intuito de evitarmos futuros transtornos, uma vez que, essa Empresa não terá condições de cumprir com a entrega nos moldes anteriormente acordados, tendo em vista a ocorrência de onerosidade excessiva em seu preço, por ser medida de Direito e da mais sagrada, sublime e honrada Justiça!

Requer ainda, que por tratar-se de incidente alheio e independente totalmente de sua vontade, que acolhido o pleito, seja a Agil Distribuidora de medicamentos Ltda eximida de quaisquer cominações que a mesma puder advir.

Nestes Termos, com a notoriedade dos fatos e inclusos documentos:
Pede e Espera Deferimento.

Francisco Beltrão, 01 de julho de 2020.

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

20.590.555/0001-48

AGIL DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA

Av. Pref. Guiomar de Jesus Lopes, 418
B. Cristo Rei - CEP 85602-510
Francisco Beltrão - Paraná

Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418, Cristo Rei

Francisco Beltrão- Pr - CEP: 85.602-510 - Fone / Fax: (46) 3523-6613

CNPJ 20.590.555/0001-48 - IE 90676239-05

Licita04@agilmedicamentos.com.br



2441
my

RECEBEMOS DE LABORATORIO GLOBO LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		Número NF-e 000086988 Série 0
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

LABORATORIO GLOBO LTDA

Rodovia MG 424 - KM 8,8 - S/N

Dist. Industrial - São José da Lapa/ MG

CEP 33.350-000 - Fone: (31) 3823-3500

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

1 - Saída
2 - Entrada **1**

Nº 000086988

Série 0

FL 1 / 1

CONTROLE DO FISCO



Natureza da Operação
VENDA

Inscrição Estadual
7031165990091

Inscr. Estadual do Subst. Trib.
CNPJ
17.115.437/0001-73

Chave de Acesso da NF-e p/ Consulta de Autenticidade: www.nfe.fazenda.gov.br
3120.0117.1154.3700.0173.5500.0000.0869.8810.0753.8897

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Nome / Razão Social
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME

CNPJ/CPF
20.590.555/0001-48

Data de Emissão
23/01/2020

Endereço
RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418

Bairro
CRISTO REI

CEP
85.602-510

Data da Saída/Entrada

Município
FRANCISCO BELTRÃO

Fone / Fax
(48) 3055 2151

U.F.
PR

Inscrição Estadual
9057623905

Hora Saída

FATURA

VALOR POR EXTENSO	Unknown function : EXTENSO	DEDUZIMENTO DE DUPLICATA	Duplicata	Vencimento	Valor
	Unknown function : EXTENSO		000086988/31	21/02/2020	25173,35
	Unknown function : EXTENSO		000086988/32	12/03/2020	12628,00
	Unknown function : EXTENSO		000086988/33	01/04/2020	25173,35
	Unknown function : EXTENSO		000086988/34	21/04/2020	25173,35
	Unknown function : EXTENSO		000086988/35	11/05/2020	25155,73
	Unknown function : EXTENSO		000086988/36	31/05/2020	25155,73
	Unknown function : EXTENSO		000086988/37	20/06/2020	25155,74

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do I.C.M.S. 176.160,60	Valor do I.C.M.S. 21.739,27	Valor do Desconto 0,00	Valor do I.C.M.S. Substituição 0,00	Valor Total dos Produtos 176.160,60
Valor do Frete 0,00	Valor do Seguro 0,00	Outras Despesas Acessórias 0,00	Valor Total do I.P.I. 0,00	Valor Total da Nota 176.160,60

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

Nome/Razão Social PATRUS TRANSPORTES URGENTES LTDA	Frete por Conta Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa Veículo	U.F.	CNPJ/CPF 17.463.456/0013-24
Endereço RUA JOSE AFRONSO BARBOSA MELO, 145	Município CONTAGEM	UF MG	Inscrição Estadual 1865993800540		
Quantidade 410	Espécie VOLUMES	Marca	Numeração	Peso Bruto (Kg) 2.336,18	Peso Líquido (Kg) 2.209,90

DADOS DO PRODUTO

Código	Descrição do Produto / Serviços	PMC	NCM	CEST	CFOP	UN	QUANTID	V. UNIT	V. TOTAL	BT ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALL. IPI
5030100160	OMEPRAZOL CAP 40 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-070119	32,45	30036079	000	6101	FR	9.395,00	2,79	26.212,05	26.212,05	3.143,4	0,00	12,00	0,00
5030100160	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-071119	32,45	30036079	000	6101	FR	21.544,00	2,79	61.223,78	61.223,78	7.346,8	0,00	12,00	0,00
5030100160	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-072119	32,45	30036079	000	6101	FR	22.028,00	2,79	61.452,54	61.452,54	7.374,3	0,00	12,00	0,00
5030100160	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) LOTE: 415-073119	32,45	30036079	000	6101	FR	9.775,00	2,79	27.272,25	27.272,25	3.272,8	0,00	12,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

Informações Complementares DADO PARA ENTREGA - CLIENTE: 2056055000148 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME - ENDEREÇO: RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418 - BAIRRO: CRISTO REI - MUNICIPIO: FRANCISCO BELTRÃO - ESTADO: PR - CEP: 85602-510 Lista Positiva R\$176.160,60	Reservado ao Fisco Vendedor: 0504 - VINICIUS RIBEIRO RODRIGUES Num. Pedido Globo: 0000111959
--	---

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE Laboratorio Globo Ltda Rodovia MG 424 km 8,8 - ZONA RURAL 33350-000 SAO JOSE DA LAPA - MG 31 3623-3500		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA 90.544 SÉRIE 0 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 3120 0617 1154 3700 0173 5500 0000 0905 4410 0778 0653 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 131203727863766 29/06/2020 17:15:23	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 763.116.599/0091	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT. CNPJ 17.115.437/0001-73		

DESTINATÁRIO NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME		CNPJ 20.590.555/0001-48	DATA DA EMISSÃO 29/06/2020
ENDEREÇO RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418		BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI	CEP 85602-510
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR	FONE / FAX 46 3055-2151	INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05
		HORA DA SAÍDA	

INFORMAÇÕES DO LOCAL DE ENTREGA NOME / RAZÃO SOCIAL AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME		CNPJ 20.590.555/0001-48	INSCRIÇÃO ESTADUAL 90.676.239-05
ENDEREÇO RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418		BAIRRO / DISTRITO CRISTO REI	CEP 85602-510
MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR	FONE / FAX 46 3055-2151	

FATURA / DUPLICATA			
000090544/001	28/07/2020	8,554,58	000090544/004
000090544/002	12/08/2020	8,554,58	000090544/005
000090544/003	27/08/2020	8,554,58	000090544/006
			11/10/2020 8,554,58
			000090544/007 26/10/2020 8,578,52

CÁLCULO DO IMPOSTO BASE CÁLC ICMS 59.906,00		VALOR ICMS 7.188,72	BASE CÁLC ICMS ST 0,00	VALOR ICMS ST 0,00	TOTAL DOS PRODUTOS 59.906,00
VALOR FRETE 0,00	VALOR SEGURO 0,00	VALOR DESCONTO 0,00	OUTRAS DESP 0,00	VALOR IPI 0,00	TOTAL DA NOTA 59.906,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRA. LTDA						FRETE POR CONTA 0-Remetente	CODIGO ANTT	PLACA DO VEIC	UF MG	CNPJ 18.233.211/0029-30
ENDEREÇO RUA SAGITARIO, N 560, PARTE A						MUNICÍPIO CONTAGEM				INSCRIÇÃO ESTADUAL 003.097.010/0000
QUANTIDADE 100	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 569,800	PESO LÍQUIDO 539,000					

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO					NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT
5030100150	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) Lote=415-037/20 Fab=12/06/2020 Val=03/06/2022 Qtd=4.791 PMC=32,45 R.ANVISA=1053301720126 Cód. Barras: 7898060134154					30039079	000	6101	FR	4.791	3,89
5030100150	OMEPRAZOL CAP 20 MG C/ 56 - FRASCO (GLOBO) Lote=415-038/20 Fab=12/06/2020 Val=03/06/2022 Qtd=10.609 PMC=32,45 R.ANVISA=1053301720126 Cód. Barras: 7898060134154					30039079	000	6101	FR	10.609	3,89
											VALOR TOTAL
											18.636,99
											41.269,01
											41.269,01
											4.952,28
											12
											12

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CREDITO PRESUMIDO PIS/COFINS LEI 10147/2000 - LISTA POSITIVA A REDUÇÃO BC- ICMS CONV. 24/2001 - LISTA NEGATIVA DADO PARA ENTREGA - CLIENTE: 20590555000148 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME - ENDEREÇO: RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418 - BAIRRO: CRISTO REI - MUNICÍPIO: FRANCISCO BELTRAO - ESTADO: PR - CEP: 85.602-510 Lista Positiva R\$: 59906,00		RESERVADO AO FISCO
--	--	--------------------

DANFE View www.danfe-tow.com.br		Gerado em 01/07/2020 às 14:18
RECEBEMOS DE Laboratorio Globo Ltda OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 90.544, EMISSÃO: 29/06/2020 VALOR TOTAL: 59.906,00 DESTINATÁRIO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME - RUA PREFEITO GUIOMAR LOPES, 418, CRISTO REI, 85602-510- FRANCISCO BELTRAO-PR		NF-e 90.544 SÉRIE 0
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



2486
g

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 128 - OMEPRAZOL 20 MG ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 128 - OMEPRAZOL 20 MG, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., sob a justificativa "atualmente o produto está com seu preço totalmente inexecutável, impossibilitando o fornecimento do mesmo nos moldes ofertados. O referido produto vem sofrendo forte elevação de preço devido a pandemia mundial que é de conhecimento amplo que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19....".

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 128 - OMEPRAZOL 20 MG (fls. 2.436/ 2.441), registrado na ata do Pregão Presencial nº 15/2020 de R\$ 0,064 para R\$ 0,089, respectivamente e juntou documentos em fls. 2.442/ 2.443 (notas fiscais).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de revisão do item 128 - OMEPRAZOL 20 MG, recebido/protocolado em 06/07/2020, bem como os documentos de fls. 2.442/ 2.443 (notas fiscais).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 128 - OMEPRAZOL 20 MG, licitado no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 SRP



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

MEDICAMENTOS RENAME – PROCESSO Nº 09/2020 pactuado com a empresa requerente, ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., sob a justificativa de “atualmente o produto está com seu preço totalmente inexequível, impossibilitando o fornecimento do mesmo nos moldes ofertados. O referido produto vem sofrendo forte elevação de preço devido a pandemia mundial que é de conhecimento amplo que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19...”.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item 128 - OMEPRAZOL 20 MG vencedora do item na licitação em epígrafe, argumentando que há um aumento do preço do medicamento, ante a alta da moeda dólar, pois, sendo a matéria prima do item importada, portanto, impactada por esta. Alternativamente solicita o cancelamento do item.

8. Fundamenta o seu pedido que a comercialização do medicamento foi severamente impactada pelo cenário atual com a pandemia do COVID-19 que ocasionou a elevação do preço, com a instabilidade econômica, e caso comercialize no preço acostado nos autos poderia incorrer na prática do *dumping* tornando-a, assim, merecedora de haver deferido o pedido para o reequilíbrio econômico-financeiro do preço para a manutenção do pactuado na Ata de Registro de Preço nº 15/2020. Fundamenta o seu pedido com base na Lei de Licitações, Código Civil, Doutrinas e Jurisprudência.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 2.442/ 2.443 (notas fiscais).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 2.436/ 2.441.

11. Fundamenta o seu pedido com a possibilidade na legislação vigente, e a possibilidade de incorrer na prática do *dumping*, para a sua recomposição.

12. Preliminarmente se faz necessário explanar sucintamente o Sistema de Registro de Preço. Por meio deste processo licitatório, aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo máximo de 01 (um) ano de validade do certame.

13. Assim a alegação de que a comercialização de um medicamento pelo preço registrado em ata pública, que foi realizada para dar maior segurança e transparência ao orçamento da Administração Pública seria uma infração administrativa é incoerente.

14. Informo que a temática é regulamentada pela Lei nº 12.259/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e em seu artigo 36 prevê as infrações, não se comutando a comercialização no preço de ata pública em nenhuma delas.

15. Importante também definir corretamente o que seria a prática do *dumping* para a legislação pátria, que está definida no Decreto nº 8.058/2013 no artigo 7º "Para os efeitos deste Decreto, considera-se prática de dumping a introdução de um produto no mercado doméstico brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao seu valor normal."

2488
g



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

16. Ante o suso exposto, em primazia ao princípio da economicidade, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar a previsão contratual e no edital do certame, o que não há (assim como para o reajuste ante a variação cambial). Sendo assim é necessária a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica.

17. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio. Ainda mais, temos que considerar que o certame tramita concomitante com a pandemia, esta já estava insaturado no momento de sua abertura, não podendo os licitantes afirmar que foram surpreendidos com as suas repercussões econômicas.

18. A definição das áleas conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

19. Inclusive, razão pela qual a vigência da ata de registro de preço foi estabelecida em 06 (seis) meses. Justamente para possibilitar que as empresas realizassem a logística necessária para o seu adimplemento. A variação cambial no país que vivencia a sua flutuação constante, em uma pandemia infelizmente não se pode afirmar que era fato inesperado.

20. Quanto a previsibilidade manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.

(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

21. Quanto a variação cambial, deverá esta ser severa e expressiva para justificar o reequilíbrio econômico. Tanto é que a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUÍLBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimizabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisto. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a desconsideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexecutáveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

22. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço imprevisível", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio. Entretanto apenas junta notas que comprovam o preço da ata.

23. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

24. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora, além do mais como demonstra em seu pedido, ainda a manutenção de sua margem de lucro, permanecendo esta inalterada.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

25. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais.

26. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

27. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

28. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

29. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II - Pelo indeferimento do cancelamento do item em que a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA que sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de julho de 2020.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

MEMORANDO INTERNO Nº 68/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/desistência de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 03/2020 – Ata nº 15/2020

Interessado: Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 2.486/2.495, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço ou cancelamento do item 128 (Omeprazol 20mg), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato justificável.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020


DENISE SAKIYO IDE

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos em Substituição

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro/ desistência de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 03/2020 – Ata nº 15/2020

Interessado: Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA.

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento do item 128 (Omeprazol 20mg), às fls. 2.435/2.443, registrado na Ata de Registro de Preços nº 15/2020, alegando, em síntese, o aumento do preço dos produtos.

O Setor Jurídico às fls. 2.486/2.495, opinou pelo indeferimento do realinhamento/cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 2.486/2.495, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 20.590.555/0001-48**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Pedido de Realinhamento de Preço/cancelamento de Item, ARP nº 15/2020. Pregão Eletrônico nº 03/2020. Interessada: **ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ nº 20.590.555/0001-48**. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de realinhamento de preço/cancelamento do item: 128 (Omeprazol 20mg), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 20 de julho de 2020.

